

GHELERE TRANSPORTES LTDA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

GHELERE TRANSPORTES LTDA.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
Diretoria e Conselho de Diretoria da
Ghelere Transportes Ltda.
Cascavel - PR

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Ghelere Transportes Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ghelere Transportes Ltda. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva sobre as demonstrações contábeis.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis individuais incluem informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 apresentados para fins comparativos. Os exames das demonstrações contábeis individuais em 31 de dezembro de 2023 foram conduzidos sob nossa responsabilidade, emitindo o relatório de auditoria em 09 de maio de 2024, sem modificação apresentadas no relatório. Nossa opinião não contém ressalvas a respeito desse assunto.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais ou consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

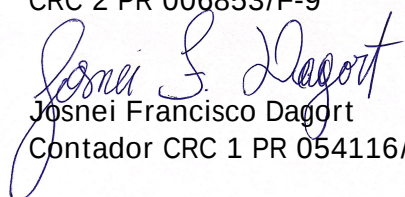


Comunicamo-nos com os responsáveis pela Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Londrina, 30 de abril de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 PR 006853/F-9


Josnei Francisco Dagort
Contador CRC 1 PR 054116/O-8

GHELERE TRANSPORTES LTDA.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Ativo			
	Nota explicativa	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	746	11.692
Contas a receber de clientes e outros créditos	10	46.613	34.182
Estoques	11	672	643
Impostos a recuperar	12	17.542	7.115
Adiantamentos a terceiros		1.361	1.451
Despesas antecipadas	13	1.142	1.037
		68.076	56.120
Não circulante			
Impostos a recuperar	12	7.687	5.798
Depósitos judiciais		2.097	1.969
Direito de uso	14	3.529	7.601
Imobilizado	15	230.686	169.179
		243.999	184.547
Total do ativo		312.075	240.667

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

GHELERE TRANSPORTES LTDA.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2024	2023
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	16	12.902	9.805
Empréstimos e financiamentos	17	53.307	29.158
Obrigações sociais e trabalhistas	18	7.277	5.880
Obrigações tributárias	19	4.638	1.256
Adiantamentos de clientes		2.843	1.621
Lucros a pagar	21	7.150	12.357
Arrendamentos a pagar	14	474	4.023
Total do passivo circulante		88.591	64.100
Não circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	16	193	213
Empréstimos e financiamentos	17	68.239	49.467
Obrigações tributárias	18	2.183	2.507
Contingências	19	509	2.610
Arrendamentos a pagar	14	2.697	3.220
Total do passivo não circulante		73.821	58.017
Patrimônio líquido	21		
Capital social		34.000	34.000
Reservas de lucros		115.663	84.550
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores		149.663	118.550
Total do passivo e patrimônio líquido		312.075	240.667

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

GHELERE TRANSPORTES LTDA.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2024	2023
Receita operacional líquida	22	246.219	199.893
(-) Custo das vendas	23	(180.801)	(140.645)
Lucro bruto		65.418	59.248
Despesas gerais e administrativas	24	(37.064)	(22.418)
Outras receitas (despesas) operacionais	25	26.290	9.969
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		54.644	46.799
Receitas financeiras	26	2.936	1.034
(-) Despesas financeiras	26	(13.429)	(7.357)
Resultado financeiro líquido		(10.493)	(6.323)
Resultado antes do IRPJ e da CSLL		44.151	40.476
Lucro líquido do exercício		44.151	40.476

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

GHELERE TRANSPORTES LTDA.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	44.151	40.476
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	44.151	40.476

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

GHELERE TRANSPORTES LTDA.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	15.000	-	19.730	77.146	-	111.876
Integralização de capital	19.000	-	(19.000)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	40.476	40.476
Destinação						
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(33.802)	(33.802)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	9.451	-	(9.451)	-
Reversão da reserva de retenção de lucros	-	-	-	(2.777)	2.777	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	34.000	-	10.181	74.369	-	118.550
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	44.151	44.151
Destinação						
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(13.037)	(13.037)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-
Reversão da reserva de retenção de lucros	-	-	-	31.113	(31.113)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	34.000	-	10.181	105.482	-	149.663

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

GHELERE TRANSPORTES LTDA.

Demonstrações do fluxo de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	44.150	40.476
Ajustes por		
Reversão de provisão para contingências	(509)	1.313
Depreciação	17.056	27.875
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(632)	1.330
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	1.882	228
Resultado de equivalência patrimonial	-	(315)
	61.947	70.907
 Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes e outros créditos	(11.799)	(2.843)
Estoques	(29)	(101)
Impostos a recuperar	(12.316)	(3.936)
Adiantamentos a terceiros	90	(364)
Despesas antecipadas	(105)	(267)
Depósitos judiciais	(128)	(806)
Fornecedores e outras contas a pagar	3.077	(8.462)
Obrigações sociais e trabalhistas	1.397	1.376
Obrigações tributárias	1.176	(3.150)
Adiantamentos de clientes	1.222	983
Contingências	(1.592)	-
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	42.940	53.337
 Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(78.563)	-
Aquisição e baixa de intangível	-	(52.723)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(78.563)	(52.723)
 Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos	159.189	57.210
Juros pagos	(688)	(3.538)
Pagamento de empréstimos	(115.580)	(23.030)
Distribuição de lucros	(18.244)	(21.445)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	24.677	9.197
 (Diminuição)/aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	(10.946)	9.811
 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.692	1.881
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	746	11.692
 (Diminuição)/aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	(10.946)	9.811

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Ghelere Transportes Ltda é uma sociedade empresária limitada domiciliada no Brasil. Com 43 anos de atuação no mercado, a Ghelere Transportes é original de Medianeira – PR e com a matriz atualmente em Cascavel – PR, atua nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, com bases em:

- Paraná: Cascavel (Matriz), Maringá, Ponta Grossa, Curitiba e Foz do Iguaçu;
- São Paulo: Marília e Jundiaí;
- Minas Gerais: Betim;
- Mato Grosso do Sul: Campo Grande.

Além disso, possui domicílios fiscais nas seguintes cidades: Porto Alegre – RS, Criciúma – SC, São José dos Pinhais-PR, São José dos Campos – SP, Uberlândia – MG, Goiânia – GO, Rio de Janeiro – RJ e Rio Branco- Acre.

O endereço registrado da Matriz da Empresa está sediado na Rodovia BR 369 KM 517 – Cataratas, Cascavel – PR, 85.818-640. Em 2024 iniciou uma operação importante na base Jundiaí e terá sua implementação integral em maio de 2025.

Em 2018 e em anos anteriores foi eleita uma das melhores empresas para se trabalhar no estado do Paraná pela Great Place to Work Brazil. Reposicionou sua marca no mercado e conquistou a certificação da NBR ISO 9001.

Conquistou a certificação ISO 39001 em outubro de 2021 - foco na segurança da malha viária – cujo objetivo maior é garantir zero acidentes fatais ou com lesão grave na Empresa.

Tornou-se Operador Econômico Autorizado - OEA, seletor grupo de operadoras de Transportes, em 2022.

Participa dos seguintes programas e iniciativas:

- i) "Na mão certa" com objetivo de promover o combate da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras;
- ii) "Laço amarelo" que promove a segurança viária no trânsito;
- iii) "Movimento a Voz Delas", criado pela Mercedes-Benz, cujo objetivo é conscientizar a sociedade da importância das caminhoneiras e esposas dos caminhoneiros no transporte rodoviário.

Atualmente a Empresa trabalha no transporte de carga dedicada/fechada de clientes de grande porte das indústrias de alimentos, especialmente bebidas, com uma frota própria de mais de 380 caminhões, 35 agregados e aproximadamente 585 colaboradores (dez 2024).

(a) Principais eventos ocorridos em 2024

Aquisição de ativos

- Aquisição de 182 ativos: 112 veículos e 70 carretas;
- 16 veículos Scania plus R450 A6X2 Euro 6 + 52 veículos Scania Super R460 A6X2 Euro 6, versões com maior economia de combustível, menor emissão de poluentes, e melhor desempenho em termos de torque e potência, principalmente em baixas rotações. A linha Super, especificamente, destaca-se pela eficiência energética e controle de emissões, com até 8% de economia de combustível;
- 10 veículos DAF XF Euro 6. Versão que traz a combinação de até 2% de economia de combustível e redução de CO2. Além disso, a inclusão do Controle de Cruzeiro Preditivo de série pode trazer até 6% de economia. Isso resulta em até 8% de economia de combustível;
- 02 veículos Volks VW/28.480 MTM 6X2 pacote prime, versão Meteor Highline oferece vários benefícios, incluindo maior conforto, tecnologia de ponta e conectividade. O veículo proporciona uma experiência mais confortável com suspensão pneumática, painel digital e central multimídia de última geração. Além disso, o pacote prime inclui recursos como a transmissão automatizada V-Tronic, que garante economia de combustível e maior segurança, e a conectividade com a plataforma RIO, que permite acesso a dados do veículo em tempo real, de acordo com o W.Breitkopf;
- 30 Veículos ATEGO plataforma Euro 6 mais 02 Veículos ACTROS 2553 Euro 6, versões que oferecem benefícios em termos de performance, economia e sustentabilidade, com destaque para a tecnologia BlueTec 6 que reduz emissões;
- Aquisição de 70 Carretas Facchini.

Construção da sede nova em Cascavel

Uma "obra LEED" refere-se a um projeto de construção com certificação LEED (Leadership in Energy and Environmental Design), um sistema de avaliação de edifícios sustentáveis. Certificação reconhecida internacionalmente, garante que o edifício foi projetado e construído com foco na sustentabilidade, promovendo a eficiência energética, o uso racional da água, a qualidade do ar interior, entre outros aspectos. Primeira transportadora com pátio operacional 100% impermeável e com utilização de tecnologia moderna de captação e tratamento e reaproveitamento da água e de recursos renováveis.

Inauguração em junho de 2024 da Matriz – prédio administrativo com área operacional de aproximadamente R\$ 2.800 m2 de área construída e finalização de 70% do pátio em concreto inserido em uma área do terreno de 60.500 m2, com projeto para futuro Centro de Armazenagem e Centro de Distribuição da Empresa. Previsão de conclusão de pátio operacional em junho de 2025.

Revisão da Política Financeira

Revisada com objetivo de garantir que a gestão dos recursos financeiros da Ghelere Transportes esteja alinhada com sua visão estratégica de crescimento orgânico e inorgânico, apetite de riscos dos acionistas e executada de forma eficiente e dentro de padrões éticos, reputacionais, legais e socioambientais, buscando sempre soluções economicamente viáveis ao uso desses recursos no longo prazo, bem como os seguintes objetivos:

- Estabelecer princípios e diretrizes da gestão financeira;
- Estabelecer limites, responsabilidades e procedimentos relativos à orçamentação, endividamento, investimento e condução financeira geral da organização;
- Definir uma faixa desejável de balanço entre capital próprio e de terceiros;
- Identificar um limite de taxa de crescimento sustentável;
- Propiciar instrumentos para apontar a necessidade de redução de custos de funcionamento ou custos da operação, bem como limitação de investimentos;
- Definir diretrizes para elaboração do orçamento (curto prazo até 12 meses) e para o planejamento de longo prazo até 2027;
- Garantir um nível de liquidez mínimo para a operação;
- Preservar e manter níveis de caixa adequados, a fim de garantir o atendimento às necessidades da operação e seu crescimento;
- Manter um nível adequado de linhas de crédito com bancos locais e estrangeiros para responder a eventuais contingências;
- Manter um nível e perfil de endividamento adequado, de acordo com o crescimento das operações e considerando o objetivo de minimizar os custos de financiamento;
- Rentabilizar os saldos de caixa, mediante aplicações financeiras que garantam risco e liquidez consistentes com diretrizes para Aplicações Financeiras de curto prazo;
- Monitorar os impactos dos riscos de mercado, tais como variações no preço do combustível, nas taxas de câmbio e na taxa de juros, sobre a margem líquida da Empresa;
- Monitorar os principais indicadores financeiros da Empresa.

Principais Limites da Política Financeira

Natureza	Limite Prudencial	Limite de Alerta
Dívida	Dívida/EBITDA > 200%	Dívida/EBITDA > 225%
Despesas	Fluxo de Despesas superior ao Fluxo de Receitas em 7,5% em 12 meses	Fluxo de Despesas superior ao Fluxo de Receitas em 10% em 12 meses
CPXLP	Obrigações de curto prazo no máximo alcançarem 60% da dívida total	Obrigações de curto prazo no máximo alcançarem 62,5% da dívida total

Fonte: Política Financeira da Ghelere Transportes.

A Política Financeira é o instrumento para possibilitar um planejamento de crescimento de longo prazo sustentável e orientar investimentos e financiamentos a serem adotados, evitando revezes para a Empresa.

Reorganização Societária e Transformação do Tipo Societário

A Empresa sofreu uma reorganização societária em sua 36ª alteração de contrato social em junho de 2024 com a cisão parcial da HOLDING VAGHE para serem incorporadas à MLD HOLDING, restando as seguintes atribuições conforme quadro societário atualizado:

Sócias	Quotas	Participação
EAGH ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.	7.820.000	23%
JDGH ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.	5.780.000	17%
VAGHE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.	10.200.000	30%
MLD HOLDING DE PARTICIPAÇÕES LTDA	10.200.000	30%

Fonte: Contrato Social da Ghelere Transportes.

Essa reorganização teve o propósito de organizar o planejamento sucessório e os preparativos junto com outros preparativos e procedimentos legais para realizar a transformação do tipo societário para Sociedade Anônima prevista para ocorrer no segundo semestre de 2025.

(b) Continuidade operacional

A Ghelere é uma Empresa com mais de 43 anos de história em uma jornada de transformações com DNA de inovação, automação e foco na qualidade da prestação de seus serviços, visando crescimento do faturamento orgânico para R\$ 500 milhões até 2027 e crescimento inorgânico de R\$ 500 milhões derivado de operações de M&A no mesmo período.

O faturamento em dezembro de 2024 atingiu o patamar de R\$ 298 milhões, com crescimento de 325% frente ao ano de 2018. Em 2024, o crescimento do faturamento da Empresa apresentou resultado próximo de 22,7% frente ao ano de 2023 com viés de crescimento orgânico em razão do forte investimento em ativos de 2024 e crescimento inorgânico previsto para 2025 com a estimativa de fechamento de uma aquisição prevista para finalizar no segundo semestre de 2025.

Esse crescimento foi realizado com otimização da eficiência operacional, eficiência do uso do ativo e com um aumento da alavancagem financeira. Em todo esse período, a margem de EBITDA foi superior a 25% nos últimos cinco anos. O EBITDA ajustado do ano de 2024 foi superior a R\$ 71 Milhões com margem de 24%. O endividamento líquido atingiu R\$ 119,8 milhões contra 102,7 milhões em 2022.

O EBITDA ajustado é uma métrica financeira que reflete a capacidade de uma empresa de gerar lucro operacional de forma mais justa e padronizada, removendo itens não recorrentes e distorções contábeis. As razões para utilizar o EBITDA ajustado incluem a normalização da receita, a padronização dos fluxos de caixa, a análise de desempenho operacional e a avaliação de empresas para transações como fusões e aquisições. O ajuste realizado foi de R\$ 6,3 milhões de despesas com a estruturação da nova sede e gastos com a estruturação de rede, lógica, compra de móveis, etc.

A Empresa nos últimos anos também adotou como estratégia endividamentos de prazos máximos de 36 vezes na compra de ativos em razão do movimento de alta de taxa de juros, isso tem acarretado uma indicação de um passivo circulante superior ao ativo circulante, mas a política financeira já definiu os limites para o endividamento de curto em relação ao de longo prazo, limites de endividamento total e da dívida líquida. Na mesma política há um aprimoramento da governança da Empresa com uma orientação e limites de alçada de decisão para novos investimentos.

A política financeira adotada na Empresa definiu os seguintes limites de endividamento:

- Estrutura de financiamento da Empresa com endividamento geral de até 70% de capital de terceiros até 2025 – a assembleia de acionistas deverá aprovar um planejamento bianual desse limite a ser proposto pelo Diretor Financeiro;
- Dívida líquida de no máximo 2,5 x o valor do EBITDA;
- Obrigações de curto prazo no máximo de até 65% da dívida total.

O indicador dívida líquida pelo EBITDA atingiu o resultado de 1,77 em 2024 contra 1,03 de 2023 e 0,77 de 2022. Esse movimento de crescimento do endividamento está bastante controlado e sendo utilizado para investimento em veículos e em infraestrutura da nova sede com investimento estimado no total de R\$ 40 milhões, sendo R\$ 05 milhões sendo R\$ 12 milhões em 2023, R\$ 19 milhões em 2024 e o restante previsto para o primeiro semestre de 2025. A estrutura de financiamento da Empresa encontra-se com 55% de capital de terceiros em 2024 e era de 51% em 2023.

Política de Crédito

Foi elaborada e implementada uma política de crédito com o objetivo de estabelecer critérios objetivos e transparentes para a análise e concessão de crédito a novos clientes da empresa, visando:

- Gerenciar o risco de inadimplência
- ✓ O Minimizar perdas financeiras;

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

- ✓ O Proteger o fluxo de caixa da empresa.
- Promover o crescimento sustentável
- ✓ O Atrair novos clientes com potencial de crédito;
- ✓ O Fidelizar clientes com bom histórico de pagamento
- ✓ A avaliação do risco de crédito na Ghelere leva em conta o Score de Crédito derivado de relatório de crédito emitido por empresa especializada com penalidades ou bonificações de acordo com as seguintes variáveis:
 - a) Faturamento;
 - b) Credibilidade da marca;
 - c) Histórico de pagamento com a Ghelere;
 - d) Processos judiciais, Ações Judiciais ou extrajudiciais de execução de títulos;
 - e) Recuperação Judicial; e
 - f) Apresentação de garantia.

Caso o cliente tenha pendências de certidões de nada consta, execução de dívidas, processos judiciais com natureza de cobranças, execução de títulos extrajudiciais, e judiciais, poderá haver uma restrição ao crédito inicial por discricionariedade da Diretoria Financeira ou Diretoria Executiva

Plano de Investimentos 2024-2026

Atualmente a Empresa conta com mais de 770 ativos, destes 380 cavalos com idade média de 03 anos e carretas com idade média de 10 anos.

A estimativa para 2025 é realizar os seguintes investimentos de destaques:

- i) aquisição de 32 veículos em 2025 para sustentar a estratégia de crescimento;
- ii) aquisição de 40 implementos em 2025 para sustentar a estratégia de crescimento;
- iii) finalizar a construção da sede nova em Cascavel;
- iv) finalizar projetos de infraestrutura da base de Maringá;
- v) iniciar projeto de infraestrutura da base de Ponta Grossa.

Para o exercício de 2026 dependerá da evolução da operação de aquisição de uma empresa e do fechamento de contrato com alguns clientes parceiros estratégicos em curso.

A base de crescimento da Empresa é alicerçada atualmente no crescimento da frota de veículos e investimento em estruturas de armazenagens e futuras parcerias para ofertas de serviços de valor agregado para caminhões, o que requer endividamento para aquisição de novos veículos, investimento na planta da sede e das bases de Maringá, Ponta Grossa, Marília, Foz do Iguaçu, Betim, Jundiaí e uma unidade em Assunción no Paraguai, mas também crescimento no uso de terceiros e agregados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Ocorreu a aquisição de 112 veículos em 2024 com planejamento de aquisição de aproximadamente 32 veículos para 2025. Esse movimento está alinhado às expectativas e demandas de atendimento de nossos clientes no período do verão com grande crescimento do quantitativo de fretes que consta do Plano de Investimento bianual 2024-2025. Em 2025 poderá haver um incremento na aquisição de veículos em razão de potenciais negócios com novos clientes em germinação, resultando em necessidade de adaptação do plano de investimento para fazer frente a potenciais demandas de novos clientes.

Por outro lado, a Empresa instituiu um departamento para venda de veículos usados com a finalidade de manter a frota com idade média de até 3 anos. Isso passou a ser outra fonte de receita, pois conseguimos negociar os caminhões com valores atrativos à Empresa e manter a eficiência operacional da frota própria.

O cenário atual é de uma Empresa com uma capacidade robusta de geração de caixa, elevada eficiência operacional, lucros recorrentes dos últimos exercícios e margem significativa de crescimento de alavancagem financeira.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 30 de Abril de 2025.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa estão apresentados na Nota Explicativa nº 7.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 10 – Contas a receber de clientes (mensuração de perda estimada em créditos de liquidação duvidosa para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda);
- Nota Explicativa nº 10 – Reconhecimento de ajuste ao valor ao valor presente sobre as contas a receber e outras contas a receber;
- Nota Explicativa nº 12 – Reconhecimento de ajuste ao valor ao valor presente sobre os impostos a recuperar;
- Nota Explicativa nº 15 – Imobilizado (valor residual, vida útil e teste de redução ao valor recuperável: principais premissas em relação ao valor residual, vida útil e valores recuperáveis);
- Nota Explicativa nº 16 – Reconhecimento de ajuste ao valor ao valor presente sobre os fornecedores e outras contas a pagar;
- Nota Explicativa nº 20 – Provisão para contingências (reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e
- Nota Explicativa nº 27 – Instrumentos financeiros (mensuração do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros).

b) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos das normas contábeis aplicáveis, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3 – inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo.

6. Principais políticas contábeis materiais

As principais políticas aplicadas na preparação destas Demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas pela taxa de câmbio nas datas das transações.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando em consideração as cotações de mercado ou as informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

c. Contas a receber e outros créditos

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor nominal dos títulos, ajustados a valor presente, quando aplicável. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são constituídas com base na análise do contas a receber e em montante considerado suficiente pela Diretoria para cobrir prováveis perdas na sua realização.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é calculado pelo custo médio de produção. No caso dos estoques manufaturados e dos produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

e. Arrendamentos

A partir de 1º de janeiro de 2020, a Empresa adotou o pronunciamento contábil CPC 06 (R2) – IFRS 16 Arrendamento Mercantil, que estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, substituindo as normas anteriores de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O pronunciamento busca determinar se um contrato contém um acordo de arrendamento ou se é um contrato de serviços.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Caracterizado o arrendamento, o direito de uso é registrado no ativo, em contrapartida também são registrados os passivos oriundos da operação. A Administração da Empresa entende que, por não haver prazo determinado para o vencimento do aluguel, reconhece o arrendamento por um período de 5 anos, que anualmente é renovado, não havendo a necessidade de atualização dos valores registrados.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

g. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

i. Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

j. Receita operacional

Vendas de bens

A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador; (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Empresa; (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. A transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue no armazém do cliente, entretanto, para alguns embarques internacionais, a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no respectivo navio localizado no porto. Geralmente, o comprador não tem direito de devolução para tais produtos.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

l. Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Empresa atua e gera lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, tampouco o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a Empresa tributável ou diferentes Empresas tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

m. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função do serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

n. Instrumentos financeiros

A Empresa classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge. São apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não há saldo de ativos financeiros a valor justo.

Recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos a perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, esses ativos estão basicamente representados pelo saldo de contas a receber de clientes.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros designados ao seu valor justo em seu reconhecimento inicial (*fair value option*):

O IAS 39 permite que uma entidade designe um passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado em seu reconhecimento inicial, quando:

A aplicação do *fair value option* reduz ou elimina um descasamento contábil que ocorreria caso a mensuração dos ativos e passivos financeiros fosse realizado em separado com bases diferentes;

Um grupo de ativos e/ou passivos financeiros é gerido conjuntamente e seu desempenho é medido com base nos valores justos, de acordo com as políticas e estratégias de gestão de riscos e investimentos.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não há saldos desta categoria reconhecidos na Empresa.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, são representados pelos saldos demonstrados na rubrica de empréstimos e financiamentos.

Passivos financeiros não derivativos

A Empresa reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual A Empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Empresa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

o. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Empresa considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada.

Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, A Empresa utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

A Empresa reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Empresa desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Empresa desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

p. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

7. Mudanças em políticas contábeis materiais

7.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

a) Alterações na Norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis. No entanto, a classificação de certos empréstimos contraídos mudou de não circulante para circulante como resultado da aplicação das emendas para o exercício atual, bem como para o período comparativo.

b) Alterações na Norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 – que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações financeiras.

c) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

7.2. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Empresa, a saber:

- a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2 - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
- c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.

- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.
- a. A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;
- b. Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

Atualmente, a Empresa está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Empresa espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos

8. Mudanças em políticas contábeis

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

- a) Alterações na Norma IAS 1/CPC 26 R1 - Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da Empresa de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da Empresa de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o *covenant* existir no final do período do relatório ou antes dele;

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a Empresa exercer seu direito de postergar a liquidação; e
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria Empresa, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo. No entanto, a classificação de certos empréstimos contraídos mudou de não circulante para circulante como resultado da aplicação das emendas para o exercício atual, bem como para o período comparativo. Consulte a Nota 15 para obter mais detalhes.

b) Alterações na Norma IFRS 16/CPC 06 R2 - Arrendamento

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 – que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações financeiras da Ghelere.

9. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa	-	3
Bancos conta movimento	53	228
Aplicações financeiras	693	11.461
	<u>746</u>	<u>11.692</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem risco baixo de crédito, são remunerados em condições e taxas normais de mercado que variam na média de 110% do CDI, e mensurados a valor justos e estão disponíveis para utilização das operações da Empresa, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata.

Houve uma redução no montante de caixa e equivalentes de 2023 para 2024, pois houve um crescimento significativo do faturamento nos meses finais do exercício e ampliação do prazo de pagamento de um cliente com representatividade importante no faturamento com necessidade de desembolso do capital de giro em razão afetar e ampliar o ciclo financeiro da Empresa.

Garantias

Na data de levantamento das demonstrações contábeis, não existiam caixa e equivalentes de caixa dados como garantias aos empréstimos e financiamentos.

10. Contas a receber e outros créditos

	2024	2023
Clientes nacionais	46.827	35.091
Clientes internacionais	980	709
(-) Ajuste ao valor presente	(562)	(289)
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(632)	(1.329)
	<u>46.613</u>	<u>34.182</u>

A exposição da Empresa a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas à contas a receber de clientes, são divulgadas na Nota Explicativa nº 26.

A evolução do contas a receber é devido ao aumento do faturamento e aumento do prazo de pagamento em 15 dias de um dos principais clientes e em razão também de uma operação estruturada no fim do ano para atender ao problema de abastecimento do Rio Grande do Sul, com recebimento da ordem de R\$ 7 milhões no início de janeiro de 2025 além dos ingressos previstos para o mês.

A composição do contas a receber por vencimento (*aging list*) é a seguinte:

	2024	2023
A vencer	38.964	29.478
Vencidos até 30 dias	5.228	1.219
Vencidos de 31 a 60 dias	405	915
Vencidos de 61 a 90 dias	1.410	400
Vencidos de 91 a 120 dias	625	215
Vencidos acima de 120 dias	1.175	3.573
	<u>47.807</u>	<u>35.800</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

A Administração analisa a necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com análise individual dos clientes. A Administração acredita que os montantes residuais apresentados não sofreram perda por redução ao valor recuperável. A empresa não tem histórico de perdas de créditos dos seus clientes que representam mais de 95% do faturamento da Empresa.

A movimentação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	2023	2023
Saldos em 1º de janeiro	(1.329)	(1.101)
(Constituição) Reversão	697	(228)
Saldos 31 de dezembro	(631)	(1.329)

A movimentação do ajuste a valor presente do contas a receber está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Saldos em 1º de janeiro	(289)	(379)
(Constituição) Reversão	(273)	88
Saldos 31 de dezembro	(562)	(289)

Garantias

Na data de levantamento das demonstrações contábeis, não existiam contas a receber e outras contas a receber dados como garantias aos empréstimos e financiamentos.

11. Estoques

	2024	2023
Mercadorias para revenda	305	450
Combustíveis	349	184
Lubrificantes	18	9
	672	643

A Administração da Empresa entende não ser necessário o registro de provisão para perdas em estoques, pois tem como estimativa que os seus estoques sejam realizados em um período inferior a 180 dias.

Garantias

Na data de levantamento das demonstrações contábeis, não existiam estoques dados como garantias aos empréstimos e financiamentos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

12. Impostos a recuperar

	2024	2023
IRPJ a recuperar	1.700	1.700
CSLL a recuperar	627	627
ICMS-CIAP a recuperar (i)	14.665	10.301
INSS a recuperar	-	-
ICMS a recuperar	11	200
Outros impostos	8.226	85
	<u>25.229</u>	<u>12.913</u>
Circulante	17.542	7.115
Não circulante	7.687	5.798

- (i) Valor correspondente a créditos de ICMS oriundos da aquisição de ativos imobilizados. A Administração realizou a compensação dos créditos na fração de 1/48 avos. Também, a administração promoveu a análise do ajuste a valor presente dos impostos e reconheceu provisão de R\$2.430 em 31 de dezembro de 2024 (R\$1.708 em 31 de dezembro de 2023).

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

13. Despesas antecipadas

	2024	2023
Seguros a apropriar	1.142	1.037
	<u>1.142</u>	<u>1.037</u>

GHELERE TRANSPORTES LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

14. Direito de uso de arrendamento mercantil

	Prazo de vigência dos contratos	Custos	Amortiz.	2024	2023
Imóveis	5 anos	7.601	4.072	3.529	7.601
				<u>3.529</u>	<u>7.601</u>
Arrendamentos a pagar					
Circulante				492	4.023
Não circulante				3.037	3.220
				<u>3.529</u>	<u>7.243</u>

15. Imobilizado

Composição dos saldos

	Taxa de deprec.	2024	2023
		Custo	Líquido
Terrenos	-	1.648	1.648
Veículos pesados – caminhões	12,5% a.a.	205.346	173.932
Veículos pesados – reboques	12,5% a.a.	60.542	39.379
Veículos leves	15% a.a.	2.274	1.977
Máquinas e equipamentos	10% a.a.	1.033	844
Móveis e utensílios	10% a.a.	1.464	842
Equipamentos de Informática	15% a.a.	1.084	498
Equipamentos de rastreamento	10% a.a.	3.168	2.186
Outros imobilizados	10% a.a.	93	78
Consórcios	-	1.508	2.546
		<u>278.160</u>	<u>230.686</u>
		(47.473)	169.179

GHELERE TRANSPORTES LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Movimentação do imobilizado

	2023 Líquido	Adições	Baixas	Deprec.	2024 Líquido
Terrenos	1.648	-	-	-	1.648
Veículos pesados – caminhões	119.640	74.535	(11.675)	(8.568)	173.932
Veículos pesados – reboques	39.380	11.710	(1.988)	(2.830)	46.272
Veículos leves	1.977	181	(191)	(93)	1.874
Máquinas e equipamentos	386	524	(17)	(47)	844
Móveis e utensílios	842	491	-	(77)	1.256
Equipamentos de Informática	499	380	-	(82)	797
Equipamentos de rastreamento	2.187	498	(25)	(177)	2.483
Outros imobilizados	78	-	-	(5)	73
Consórcios	2.543	128	(1.163)	-	1.508
	<u>169.179</u>	<u>88.447</u>	<u>(15.059)</u>	<u>(11.880)</u>	<u>230.686</u>

	2022 Líquido	Adições	Baixas	Deprec.	2023 Líquido
Terrenos	5.729	-	(4.082)	-	1.647
Veículos pesados – caminhões	99.711	34.806	(10.175)	(4.702)	119.640
Veículos pesados – reboques	32.676	9.879	(319)	(2.856)	39.380
Veículos leves	1.185	1.465	(575)	(98)	1.977
Máquinas e equipamentos	369	47	-	(30)	386
Móveis e utensílios	559	323	-	(40)	842
Equipamentos de Informática	392	156	-	(49)	499
Equipamentos de rastreamento	1.891	448	-	(152)	2.187
Outros imobilizados	84	-	-	(6)	78
Consórcios	1.735	5.599	(4.791)	-	2.543
	<u>144.331</u>	<u>52.723</u>	<u>(19.942)</u>	<u>(7.933)</u>	<u>169.179</u>

Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de impairment.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Garantias

Na data de levantamento das demonstrações contábeis, na data do balanço havia ativos imobilizados dados em garantia no montante de R\$ 130,8 milhões em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 76,4 milhões em 31 de dezembro de 2023) relacionado aos empréstimos e financiamentos dos próprios veículos, equivalente a pouco mais de 57% da frota de cavalos ou 43% dos ativos (cavalos + implementos).

16. Fornecedores e outras contas a pagar

	2024	2023
Bens e serviços	12.639	9.788
Outras obrigações	682	371
(-) Ajuste ao valor presente	(226)	(141)
	<u>12.672</u>	<u>10.018</u>
Circulante	12.902	9.805
Não circulante	193	213

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. A seguir é demonstrado o aging list de vencimento de contas a pagar de fornecedores:

	2024	2023
A vencer	11.577	9.639
Vencido até 30 dias	803	226
Vencido acima de 30 dias	715	153
	<u>13.095</u>	<u>10.018</u>

A seguir, é demonstrado a movimentação do ajuste a valor presente do contas a pagar:

	2024	2023
Saldos em 1º de janeiro	(141)	(131)
Constituição	(85)	(10)
Saldos 31 de dezembro	<u>(226)</u>	<u>(141)</u>

O ajuste a valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Essa taxa, em 31 de dezembro de 2024, correspondia em média a 0,0438% a.d..

GHELERE TRANSPORTES LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

17. Empréstimos e financiamentos

Os montantes devidos, termos e prazos para cada modalidade de empréstimos são apresentados a seguir:

	Taxa de Juros	Garantias	2024	2023
Em moeda nacional				
Capital de giro	1,25% a. m CDI + 2,09% a CDI	Imóveis e Aval	2.158	5.702
Financiamentos	2,83 a.a.	Veículos	118.579	72.086
Consórcios contemplados	11,00% a 13,00%	Veículos	808	837
			<u>121.545</u>	<u>78.625</u>
Circulante			53.307	29.158
Não circulante			68.238	49.467

Vencimentos

Os financiamentos vencem entre janeiro de 2025 e dezembro de 2028, conforme demonstrado a seguir:

	2025	2026	2027	2028
Capital de giro	2.137	21		
Financiamentos	50.602	51.749	12.972	3.320
Consórcios contemplados	568	141	35	
Saldos no fim de cada exercício	<u>53.307</u>	<u>51.911</u>	<u>13.007</u>	<u>3.320</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Compromissos (*covenants*)

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa possuía empréstimo sujeito ao atingimento de índices econômicos e financeiros que devem ser apurados anualmente.

Esse índice está relacionado ao desempenho financeiro a ser apurado anualmente com base nas Demonstrações contábeis auditadas por empresa independente registrada na Comissão de Valores Mobiliários.

O Covenant financeiro será calculado pela razão de Patrimônio Líquido/Ativo total que deve ser maior ou igual a 20% (vinte por cento). Caso o índice acima não seja atingido, o credor poderá declarar vencido antecipadamente o valor devido.

A operação que apresenta esse Covenant refere-se à operação de crédito direto da linha FINAME no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) captados à conta dos recursos ordinários do BNDES. Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa cumpria com todas as cláusulas restritivas contratuais (financeiras e não financeiras). O referido índice apresenta resultado superior a 44,91% e em 2023 era de 49,25%.

Garantias

Na data de levantamento das demonstrações contábeis, na data do balanço havia ativos imobilizados dados em garantia no montante de R\$ 130,8 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 76,4 milhões em 31 de dezembro de 2023) relacionado aos empréstimos e financiamentos dos próprios veículos, equivalente a pouco mais de 57% da frota de cavalos ou 43% dos ativos (cavalos + implementos).

18. Obrigações sociais e trabalhistas

	2024	2023
Salários e ordenados a pagar	1.894	1.469
INSS e FGTS a recolher	1.612	1.379
Provisão para férias e encargos	3.730	3.010
Outras obrigações sociais e trabalhistas	41	22
	<u>7.277</u>	<u>5.880</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

19. Obrigações fiscais e tributárias

	2024	2023
PIS a recolher	55	77
COFINS a recolher	258	358
ICMS a recolher	500	443
IPI a recolher	2	-
ISSQN a recolher	20	15
IRRF a recolher	-	5
Contribuições retidas na fonte	-	15
Outras tributos a recolher	3.480	-
Parcelamentos (i)	2.507	2.850
	<u>6.822</u>	<u>3.763</u>
Circulante	4.639	1.256
Não circulante	2.183	2.507

Reconciliação alíquota efetiva imposto de renda e contribuição social

	2024	2023
Lucro contábil antes do IR e CS	44.151	40.476
(+) Adições temporárias	-	-
(+) Adições permanentes	-	-
(-) Exclusões temporárias	-	-
(-) Exclusões permanentes	-	-
Lucro fiscal antes das compensações de prejuízos	44.151	40.476
(-) Compensação de prejuízos fiscais	-	-
Lucro fiscal	44.151	40.476
Taxa nominal combinada 25% de IRPJ e 9% CSLL	34%	34%
Subtotal imposto de renda e contribuição social	15.011	13.762
Imposto de Renda e Contribuição social - sobre o lucro diferido	-	-
Imposto de Renda e Contribuição social - sobre o lucro corrente	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
Taxa efetiva	<u>0%</u>	<u>0%</u>

20. Provisão para contingências

A Empresa é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal e trabalhistas e no curso normal de seus negócios.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

A Administração da Empresa com base em informações de seus assessores jurídicos, análise de demandas judiciais pendentes, quanto às ações fiscais, cíveis e trabalhistas e com base em experiências anteriores referente às quantias reivindicadas, constituiu provisões conforme quadro, consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis das ações em curso.

	2024	2023
Provável		
Trabalhista	509	470
Tributário	-	2.018
Cível	-	122
	<u>509</u>	<u>2.610</u>

Adicionalmente, a Empresa também é parte envolvida em processos cujas expectativas de perdas foram classificadas como possíveis, porém não são provisionadas em conta patrimonial e resultado e são classificadas pelos consultores jurídicos conforme a seguir:

	2024	2023
Possível		
Cível	-	-
Trabalhista	1.926	851
Tributário	8.554	8.912
	<u>10.481</u>	<u>9.763</u>

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma Empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Diretoria avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da Diretoria suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

21. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social, totalmente integralizado, é de R\$ 34.000 constituído por 34.000 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um Real) cada:

	Em Reais	Em Quotas	Em %
EAGH ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	7.820	7.820	23%
JDGH ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	5.780	5.780	17%
VAGHE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS EIRELI	10.200	10.200	30%
MLD HOLDING DE PARTICIPAÇÕES LTDA	10.200	10.200	30%
	<u>34.000</u>	<u>34.000</u>	<u>100%</u>

b. Reserva de lucros

Reserva de incentivos fiscais

A Reserva de incentivos fiscais foi constituída em conformidade com o artigo 195 da Lei no 6.404/76, decorrente de benefícios fiscais concedidos pelos Estados onde atua, caracterizados como Subvenção para Investimento, fundamentado na Lei Complementar no 160/2017.

Em 2021, a Empresa obteve benefícios fiscais referentes ao ICMS, os quais são classificados como subvenções para investimentos, conforme previsto na Lei.

Medida Provisória (MP) n° 1185/23

Em 15 de dezembro de 2023 o Plenário aprovou a Medida Provisória (MP) 1185/23, que foi convertida em lei pela Lei Ordinária 14.789/23 que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico.

Até 31 de dezembro de 2023 as subvenções recebidas pela Empresa, independentemente de sua natureza (custeio ou investimento) não eram objeto de tributação, ou seja, não incorporavam a base de cálculo dos impostos federais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

A partir de 01 de janeiro de 2024 o benefício foi excluído para os contribuintes que recebem subvenção para pagar despesas do dia a dia (custeio). Para os que utilizam o benefício para construir ou ampliar uma fábrica (investimento) será concedido um crédito tributário equivalente à aplicação da alíquota de IRPJ sobre as subvenções recebidas, ou seja, o imposto precisará ser pago e compensado posteriormente com outros tributos das empresas. Haverá também a possibilidade de, após o investimento ser finalizado, pleitear-se a restituição dos valores em dinheiro.

Reserva de retenção de lucros

Constituída de acordo com o previsto no artigo 196 da Lei no 6404/76, os órgãos da administração propõem a retenção de parte dos lucros acumulados. É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital.

c. Distribuição de lucros

A Administração da Empresa assegura a distribuição de lucros aos sócios, conforme saldo remanescente de lucros acumulados. Não havendo percentuais mínimos e máximos pré-estabelecidos:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	44.151	40.476
Constituição reserva de incentivos fiscais	-	(9.451)
Base para distribuição de lucros propostos	44.151	31.025
Juros sobre capital próprio	-	(14.537)
Lucros destinados	(13.037)	(19.265)
	(13.037)	(33.802)
Saldos iniciais	-	-
Lucros destinados	(13.037)	(33.802)
Lucros pagos	4.607	21.445
	(7.750)	(12.357)

22. Receita operacional líquida

	2024	2023
Prestação de serviço de transporte	273.288	224.873
Prestação de serviço de transporte internacional	21.300	14.535
Vendas de mercadoria	3.572	2.537
	298.160	241.945

GHELERE TRANSPORTES LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

A seguir apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2024	2023
Receita bruta fiscal	298.160	241.945
(-) Impostos sobre vendas	(51.053)	(48.999)
Subvenções para Investimento	-	9.451
(-) Anulações de serviços de transportes	(858)	(2.504)
	<u>246.219</u>	<u>199.893</u>

23. Custo das vendas

	2024	2023
Mão-de-obra direta	(38.775)	(31.045)
Mão-de-obra indireta	(53.724)	(36.328)
Materiais aplicados na prestação de serviços	(81.419)	(66.403)
Demais custos do transporte	(25.935)	(20.648)
Custos com transporte internacional	(9.819)	(5.808)
Custos com venda de mercadoria	(1.565)	(1.029)
Demais custos	(955)	(1.443)
Impostos recuperáveis	31.391	22.059
	<u>(180.801)</u>	<u>(140.645)</u>

24. Despesas de vendas e gerais e administrativas

	2024	2023
Despesas com pessoal	(12.807)	(7.440)
Aluguéis e arrendamentos	(5.133)	(2.330)
Viagens	(548)	(474)
Propaganda e publicidade	(139)	(76)
Energia, água e telefone	(385)	(347)
Demais despesas	(8.805)	(4.051)
Despesas indedutíveis	(1.589)	(936)
Impostos, taxas e contribuições	(2.980)	(2.706)
Pedágio	(4.678)	(4.058)
	<u>(37.064)</u>	<u>(22.418)</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

25. Outras receitas (despesas) operacionais

	2024	2023
Amortização de deságio	164	66
Reembolso de estadias	-	1.122
Reembolso de seguros	-	321
Reembolso de sinistros	844	1.144
Pis recuperado	2.269	16
COFINS recuperado (a)	9.664	-
Reembolso de pedágios	5.137	3.503
Despesas Recuperadas	433	1.775
Despesas com ajuste a valor presente	6.803	1.141
Receita com venda de veículos	12.087	8.133
Custo com venda de imobilizado	(8.705)	(6.792)
Outras Despesas Operacionais	(2.385)	(232)
Perdas com ativos	(21)	(228)
	<u>26.290</u>	<u>9.969</u>

- (a) As contas de PIS e COFINS recuperados referem-se ao levantamento de créditos apurados no período de junho de 2019 a março de 2024, decorrentes da apropriação de valores relativos à aquisição de máquinas e equipamentos (veículos pesados), nos termos do art. 1º, caput e § 2º, da Lei nº 11.774/2008, com a redação conferida pelo art. 4º da Lei nº 12.546/2011.

26. Resultado financeiro líquido

	2024	2023
Descontos financeiros obtidos	58	86
Juros ativos	230	76
Rendimentos de aplicações financeira	629	363
Ajuste a valor presente	-	241
Variação monetária ativa	1.549	31
Variação cambial ativa	470	237
Receitas financeiras	<u>2.936</u>	<u>1.034</u>
Tarifas bancárias	(55)	(53)
Descontos concedidos	(225)	(78)
Juros bancários	(185)	(278)
Outras despesas financeiras	(288)	(108)
Juros empréstimos e financiamentos	(12.356)	(6.393)
Juros parcelamentos	(222)	(196)
Variação cambial passiva	(98)	(251)
Despesas financeiras	<u>(13.429)</u>	<u>(7.357)</u>
	<u>(10.493)</u>	<u>(6.323)</u>

GHELERE TRANSPORTES LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

27. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

	2024			2023		
	Ativos financeiros a VJR	Custo amortizado	Total	Ativos financeiros a VJR	Custo amortizado	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	-	746	746	-	11.692	11.692
Contas a receber de clientes e outros créditos	-	46.613	46.613	-	34.182	34.182
Adiantamentos a fornecedores	-	1.361	1.361	-	1.451	1.451
Total	-	48.720	48.720	-	47.325	47.325
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	-	(13.095)	(13.095)	-	(10.018)	(10.018)
Empréstimos e financiamentos	-	(121.545)	(121.545)	-	(78.625)	(78.625)
Arrendamentos a pagar	-	(3.171)	(3.171)	-	(7.243)	(7.243)
Adiantamentos de clientes	-	(2.843)	(2.843)	-	(1.621)	(1.621)
Total	-	(140.654)	(140.654)	-	(97.507)	(97.507)

b) Mensuração do valor justo

O valor justo de contas a receber de clientes e outros recebíveis, é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas bases de apresentação que se equiparam aos valores contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2024.

c) Gerenciamento de risco financeiro

A Empresa possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Diretoria é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Empresa e os gestores de cada área se reportam regularmente sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Empresa, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros créditos

As políticas de concessão de crédito a clientes são definidas pela Administração e a concessão dos limites é aprovada pelos Diretores de Crédito conforme alçadas definidas nas referidas políticas. A utilização desses limites de crédito é monitorada constantemente. As vendas para clientes são liquidadas por meio do pagamento de títulos na rede bancária e não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

O risco de crédito das contas a receber advém da possibilidade da Empresa não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Empresa adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento de seu saldo devedor. Todos os critérios e mecânica para definição de limites estão dispostos na Política de Crédito aprovada em sua última versão em maio de 2024. Todos os clientes são monitorados via SERASA e outras ferramentas de rating de crédito e, em caso de restrições, o limite de crédito é suspenso até regularização.

Caixa e equivalentes de caixa

A Entidade tem como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de financiamentos junto a cada uma das instituições. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, as quais são consideradas de primeira linha

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das Demonstrações contábeis foi:

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	746	11.692
Contas a receber de clientes e outros créditos	46.613	34.182
Adiantamentos a fornecedores	1.361	1.037
	<u>48.720</u>	<u>46.911</u>

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos resultados da Empresa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Empresa estar sujeita a ganhos ou perdas em seus ativos ou passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros. Visando a mitigação deste tipo de risco, a Empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas e pós-fixadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das Demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Empresa eram:

	2024	2023
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	746	11.692
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	(119.758)	(78.625)
	<u>(119.012)</u>	<u>(66.933)</u>

Análise de sensibilidade taxa de juros

Foram realizadas simulações à sensibilidade das posições existentes em 31 de dezembro de 2024 para os empréstimos significativos identificados como riscos de mercado: taxas cambiais e pós-fixados acima de uma taxa de equilíbrio para sustentabilidade do custo do WACC da empresa.

As simulações foram elaboradas para demonstrar apenas o impacto em possíveis cenários negativos às posições tomadas pela Empresa.

GHELERE TRANSPORTES LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Como cenários prováveis foram adotados, as cotações e valores já estão reconhecidos contabilmente. Para os cenários “possíveis” e “remotos”, utilizamos uma variação entre 25% e 50% no caso das taxas cambiais, sendo que essas variações foram definidas com base no histórico de mercado e nas projeções realizadas pela Administração em relação às exposições assumidas:

Indexador	Posição	Saldo (R\$)	Risco	CDI Atual	Possível (25%)		Remota (50%)	
					CDI	Perda	CDI	Perda
CDI	Aplicação	693	Queda	14,15%	12,15%	(6)	10,15%	(27)
	Empréstimos e							
	financiamento	(119.758)	Alta	14,15%	15,15%	(595)	17,15%	(1.785)
						<u>(601)</u>		<u>(1.812)</u>

28. Cobertura de seguros

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de riscos, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, conseqüentemente, não foram auditadas por nossos auditores.